



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

## O destino de Anderson Torres pode ser a Papuda

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Nada é tão ruim que não possa piorar. As queixas da defesa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres de degradação de sua saúde mental durante o período na prisão podem levá-lo a ser transferido para o hospital psiquiátrico do sistema penitenciário, no complexo da Papuda. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ao secretário de Administração Penitenciária do Distrito Federal, Wenderson Telles, que informe se Torres pode continuar preso no Batalhão de Aviação Operacional da Polícia Militar ou se é mais conveniente sua transferência para hospital penitenciário. Telles respondeu que o ex-ministro está sob a custódia da Polícia Militar do DF, que deve se manifestar sobre o assunto. A Polícia Militar, no entanto, não tem estrutura para esse tipo de tratamento psicológico para presos, como ocorre no sistema penitenciário, para onde foram levados os participantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

### Data venia

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) já avisou que pretende fazer um relatório extra, que ele chama de independente, sobre os fatos a serem apurados na CPI dos Atos Golpistas. Como o governo terá maioria na composição da comissão, o senador da oposição aposta que a versão final não apontará eventuais erros da atual gestão.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Arquivo pessoal



### Mais uma premiação

Ícaro Rollemberg, empresário do ramo de seguros de vida, mais uma vez representou o Distrito Federal no exterior. Dessa vez, o filho do ex-governador Rodrigo Rollemberg, que é franqueado da Prudential do Brasil, foi premiado em Sydney, na Austrália. Esse é o oitavo ano em que a franquia do empresário se destaca entre os melhores resultados do país e recebe uma premiação na President's Trophy Convention. "É o orgulho da mãe", diz Márcia Rollemberg.

Ed Alves/CB/D.A. Press



### Luz para mães solo

Sancionado nesta semana, projeto de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania) proíbe a discriminação da mãe solo no ambiente de trabalho. A Lei 7.243, que é o primeiro PL aprovado pela parlamentar na Câmara Legislativa, assegura igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. "Quem é mãe sabe que a discriminação pode tomar várias formas, como preconceitos na contratação, falta de promoções, menor remuneração e até mesmo assédio, por isso essa lei se torna fundamental", explica Belmonte.

### A luta continua

O ex-deputado Cláudio Abrantes está sem mandato e fora do governo, mas ativo na política e trabalhando para manter sua base eleitoral em Planaltina. Na última quinta-feira, ele se reuniu com cerca de 200 apoiadores linha dura de seu trabalho. Entre eles, líderes comunitários, empresários, atletas e por aí vai. Ele continua tendo reuniões com comissões, lutando pelos concursados e outros grupos e encontra portas abertas sempre. Teve votação expressiva e não quer perder espaço.

Divulgação/Cláudio Abrantes



Divulgação/Leandro Vaz



### Caravana das Periferias

O deputado distrital Max Maciel (PSol) e o secretário nacional de Políticas para Territórios Periféricos do Ministério das Cidades, Guilherme Simões, passaram por várias periferias do Distrito Federal nesta semana. A iniciativa faz parte do programa Caravana das Periferias que busca, com moradores dessas regiões, criar políticas públicas em comunidades por todo o Brasil. Eles estiveram em cidades como São Sebastião, Sol Nascente e Ceilândia, conheceram iniciativas importantes em cada uma e reuniram-se com autoridades e movimentos sociais. Uma das melhorias para o Sol Nascente/Pôr do Sol abordada durante o encontro, por exemplo, é a diminuição do impacto da chuva nas cidades.

### Mais homenagens

Na semana em que políticos de todas as graduações prestaram homenagens a José Sarney, pelo aniversário de 93 anos, o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), também foi beijar a mão do ex-presidente. Wellington esteve no escritório político de Sarney e o convidou para fazer uma visita a sede da Câmara.

Divulgação/CLDF



"O PL das Fake News é urgente e fundamental para frear a onda de desinformação e ódio nas redes sociais. As plataformas precisam ser responsabilizadas pelo conteúdo que deixam circular e políticos que promovem mentiras também"

Deputado Guilherme Boulos (PSol-SP)

"O projeto estabelece um imenso incentivo para que as redes sociais derrubem automaticamente conteúdos que tenham mero risco de serem considerados ilegais pelo governo. Isso porque os termos são vagos e o que é legal ou ilegal pode ser objeto de disputa e argumentação"

Deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR)



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Ed Alves/CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**VIOLÊNCIA /** No primeiro trimestre deste ano, foram registradas 22 ocorrências deste crime no DF — quatro vezes mais do que no mesmo período do ano passado. Outras dez mulheres perderam a vida, de janeiro até agora

# Preso por tentativa de feminicídio

» CARLOS SILVA\*  
» GIOVANNA ESTRELA\*

### Onde pedir ajuda

- Polícia Militar: 190
- Central de Atendimento à Mulher: 180
- Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam): funcionamento 24 horas por dia
- Deam 1: age em todo o DF, exceto em Ceilândia
- End.: EQS 204/205, Asa Sul Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 E-mail: deam\_sa@pccdf.gov.br
- Deam 2: age em Ceilândia End.: St. M QNM 2, Ceilândia Tel.: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438
- Ministério Público do DF/Núcleo de Gênero End.: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 144 Tel.: 3343-6086 e 9625 E-mail: pro-mulher@mpdf.mp.br
- Secretaria da Mulher do DF Whatsapp: (61) 99415-0635
- Defensoria Pública - Tel. 129, ramal 2

Um homem de 36 anos foi preso ontem por tentar matar a ex-companheira a facadas. Ele cometeu o crime na última segunda-feira, em Ceilândia, e fugiu. Quatro dias depois, ele foi capturado em Águas Lindas (GO), pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher 2 (Deam 2). De acordo com Mariana Almeida, delegada-adjunta da unidade, o casal mantinha o relacionamento há cerca de 10 anos. Durante esse tempo, a vítima fez diversas denúncias contra o agressor por violência doméstica. Ela também tentou terminar a união em janeiro deste ano e pediu medida protetiva contra Danilo. No entanto, voltou a se relacionar com ele em março. Posteriormente, rompeu de novo.

Inconformado com o término, o agressor aproveitou o momento em que a vítima foi até a casa dele para conversar sobre a situação dos dois e cometeu o crime. Ele a atingiu no pescoço e na mão com uma faca. A

mulher conseguiu fugir e foi levada ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC). O homem segue preso. "Foi feito o cumprimento de mandado de prisão preventiva para outras formalidades", destacou a chefe-adjunta da Deam 2 Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), a capital federal registrou 22 tentativas de feminicídio no primeiro trimestre deste ano, número quatro vezes mais do que no

mesmo período do ano passado, quando sete casos foram notificados. Outras dez mulheres perderam a vida, desde janeiro, vítimas de feminicídio.

### Riscos

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MP-DFT) divulgou ontem um estudo que mapeou os fatores de risco nos feminicídios ocorridos no

Lucas Pacifico/CB



DF em 2016 e 2017, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas. O projeto foi coordenado pelo promotor de Justiça Thiago Piobom, em parceria com pesquisadoras e o Núcleo de Gênero do MPDFT. Pela primeira vez, um levantamento recuperou o itinerário processual de vítimas e réus antes dos assassinatos, bem como informações sobre busca por atendimento de saúde e aquelas fornecidas por familiares.

A pesquisa concluiu que o feminicídio é um crime evitável e que havia violência prévia em todos os casos, mas apenas oito das 34 mulheres registraram

ocorrência. Alguns fatores, como raça, classe e status, aumentam as chances de feminicídio. Nos casos em que as medidas protetivas solicitadas pelas vítimas haviam sido indeferidas, evidências mostraram que as mulheres voltaram a sofrer violência e não chegaram a prestar novas denúncias.

O documento ressalta que, muitas vezes, o sistema criminal desencoraja a iniciativa de uma segunda denúncia. Em nenhum dos casos que chegaram à polícia houve referência à monitoramento frequente ou serviços psicossociais.

Os prontuários médicos das

vítimas mostraram que houve oportunidades perdidas de utilizar a notificação compulsória, que obriga os profissionais de saúde a registrarem e comunicarem à polícia, em 24 horas, indícios de violência contra a mulher. Esse procedimento foi realizado em menos de 20% dos casos que chegaram até o sistema de saúde. Mais de 70% dos agressores haviam sido atendidos na rede pública de saúde por consequências de violência urbana ou doméstica, mas não houve acompanhamento a eles.

\*Estagiários sob a supervisão de Malcia Afonso